



ANA ELIZABEHT FORNARA

Estratégias de fomento à manutenção de línguas minoritárias no Oeste Catarinense

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFES, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II.

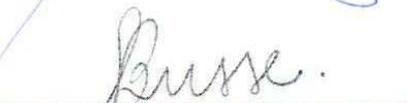
Orientadora prof.^a Dra. Cristiane Horst

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 07/12/2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Cristiane Horst (UFES)


Prof.^a Dr. Marcelo Jacó Krug (UFES)


Prof.^a Dra. Sanimar Busse (Unioeste)

Estratégias de fomento à manutenção de línguas minoritárias no Oeste Catarinense¹

Ana Elizabeht Fornara²

aelizabet15@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo traçar algumas estratégias que visem fomentar a manutenção de línguas minoritárias, autóctones e alóctones, na região Oeste Catarinense. A proposta é analisar as informações apresentadas nos sites das prefeituras municipais e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes às línguas presentes no oeste de Santa Catarina, buscando saber quais são as línguas minoritárias mencionadas na região para poder verificar qual a visibilidade que tais sites dão à presença de outras línguas, além do português brasileiro. A partir dessa análise, buscaremos compreender a relação estabelecida entre língua e constituição de identidade étnica de grupos minoritários, e a influência de tal proposição nos processos de manutenção ou substituição linguística. À luz dos resultados, percebendo um crescente processo de substituição linguística, haja vista a não transmissão das línguas minoritárias para as gerações mais jovens, destacamos a importância da aplicação de estratégias de manutenção de línguas minoritárias em diferentes esferas, a salientar nas escolas, nas comunidades e nas famílias. Para desenvolver esse estudo, nos orientamos nas pesquisas de Hawkins (1984), Appel & Muysken (2005), Fishman (2006), Horst e Krug (2015), entre outros autores da área.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade linguística; Oeste Catarinense; Línguas minoritárias; Estratégias de manutenção de línguas minoritárias.

Introdução

A região oeste de Santa Catarina tem, em sua história, uma diversidade étnica e cultural que nos faz entender a presença e a importância das tradições, dos costumes e das línguas para os moradores. Aos povos autóctones, como *Kaingangs* e Guaranis, juntaram-se, ao longo do tempo, povos alóctones, como descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, russos e asiáticos, que passaram a constituir a região³. Essas minorias étnicas utilizam em diversos contextos uma ou mais variedades linguísticas que não correspondem a uma variedade do português⁴, e no contato com essa língua majoritária percebem-se diante de um caminho conflituoso: reafirmam-se como falantes de línguas minoritárias e as mantêm dentro de seus grupos ou adotam os hábitos e a língua dominante do meio em que vivem.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientadora Profª. Dra. Cristiane Horst.

² Acadêmica da 8ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó.

³ Atualmente, a região oeste de Santa Catarina vem recebendo uma grande leva de haitianos, falantes do crioulo haitiano. Porém, ao tratarmos de línguas de imigração, não trataremos da língua crioula haitiana, haja vista a imigração recente desse povo, ainda em processo de mobilidade, e as restritas pesquisas linguísticas desenvolvidas sobre essa língua.

⁴ Ressaltamos que o termo *variedade do português*, presente nesse artigo, faz referência ao Português Riograndense que, segundo autores, como Horst e Krug (2012), Klein e Horst (2015) e Altenhofen (1996), seria aquele falado no Rio Grande do Sul (RS) e em parte de Santa Catarina (SC).

Ao longo dos anos, poucos foram os subsídios dados para que as línguas desses povos fossem mantidas. O Brasil foi marcado por políticas monolingualizadoras, entre elas, a repressão de Marquês de Pombal (1757) e a do Estado Novo, na Era Vargas (1937-1945). Nesses períodos, ocorreu a proibição de línguas que não fossem o português, medida tomada para que houvesse uma unificação da nação, tanto do ponto de vista populacional, quanto linguístico. Oliveira (2008) afirma que esse cenário de unidade da língua portuguesa brasileira construiu uma imagem equivocada do real panorama linguístico do Brasil, como sendo um país monolíngue, dominado pelo português em todo seu território. Esconde-se, assim, a sua realidade plurilíngue, marcada pela coexistência de várias línguas ao lado das variedades do português brasileiro.

Com o presente artigo pretendemos analisar as informações apresentadas nos históricos dos sites das prefeituras municipais e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes às línguas presentes no Oeste Catarinense. Buscamos saber quais são as línguas minoritárias mencionadas na região para poder verificar qual a visibilidade que tais sites dão à presença de outras línguas, além do português. A partir dessa análise, procuramos identificar a relação estabelecida entre tais línguas e a constituição de uma identidade étnica dos grupos minoritários, percebendo a influência dessa relação na manutenção ou na substituição das línguas minoritárias. Por fim, refletimos e propomos algumas estratégias que consideramos viáveis e importantes para a manutenção das línguas faladas na região.

Compreendemos que a relevância do estudo consiste em descrever uma realidade linguística complexa e multifacetada, e que por muito tempo não representou o interesse dos pesquisadores da área. Da mesma forma, buscamos apresentar a aplicação de teorias da área de manutenção linguística, através da criação de estratégias, proporcionando auxílio a projetos educacionais e comunitários que tenham por interesse fomentar e valorizar as culturas, consequentemente, as línguas locais.

Partimos do pressuposto de que a língua é um fator determinante para a constituição da identidade de um grupo social, e que diferentes variedades de línguas minoritárias faladas na região oeste foram e, muitas vezes, permanecem sendo estigmatizadas. Isso ocorre, principalmente, pela visão social criada sobre essas línguas: línguas desprestigiadas, que influenciam negativamente no uso do português, línguas feias e erradas. Como resultado atual, temos a não transmissão das variedades minoritárias para as gerações futuras, principalmente quando tratamos das línguas de imigração. Isso afeta diretamente na construção da identidade linguística do indivíduo, que não se percebe como sujeito bilíngue, nem como detentor de conhecimentos que só são veiculados através dessas línguas.

Atualmente, segundo Altenhofen e Morello (2013), evoluímos para um estado de tolerância relativa, com certa exaltação da diversidade, como reflexo dos discursos internacionais influenciados pela globalização, até medidas concretas de reconhecimento de línguas. Porém, ainda assim, línguas minoritárias passam por estágios de indiferença, marginalização e desaparecimento. Diferente do que ocorre com a língua oficial e majoritária, que tem a seu favor a gestão declarada do Estado, falta à língua minoritária o suporte institucional e organizacional para sua promoção.

Manter essas línguas minoritárias, portanto, torna-se fruto de um conjunto de escolhas linguísticas dos sujeitos. De acordo com Pinho (2008), da mesma forma que atitudes negativas levam à extinção de uma língua de forma mais rápida, atitudes positivas não são o suficiente para mantê-la. Hoje em dia, inúmeros falantes apresentam atitudes positivas em relação às próprias línguas, mas não as transmitem a seus filhos por questões de preconceito e repressão. Reverter esse sentimento de inferioridade dos falantes para alterar o processo de substituição linguística torna-se cada vez mais necessário, afinal essa mudança pode parecer, muitas vezes, uma ação livre do indivíduo, mas as forças coercitivas, como a restrição do acesso a materiais ou a uma educação bilíngue, são invisibilizadas e favorecem o uso exclusivo da língua majoritária.

1 As línguas minoritárias e a constituição de um país multilíngue

De acordo com Chaves (1970), o termo minorias pode ser utilizado em dois sentidos. No primeiro, minorias são grupos raciais ou étnicos que, em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado. No segundo, remete a um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra em uma situação de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo, “maioritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria. A característica essencial desses grupos não se reduz a termos numéricos, mas na inter-relação maioria-minoria, como uma relação de poder, verificando uma superioridade da “maioria” frente a minoria.

Ferraz (2007) declara que línguas minoritárias são aquelas faladas por um grupo de pessoas em um país que tem por oficial uma língua diferente, ou seja, são línguas naturais, não criadas artificialmente, tradicionalmente utilizadas por parcelas da população de um país. A grande maioria das línguas existentes no mundo encontra-se nessa situação. Para Oliveira (2003), a questão de status das minorias étnicas ainda é espinhosa, pois não há consenso para

a definição desse termo. O consenso que existe é que o conceito não se refere a números, mas às relações de poder. Nas palavras de Altenhofen e Morello (2013), atualmente adota-se uma categorização das línguas minoritárias no Brasil, incluindo os seguintes grupos de língua: línguas indígenas, variedades regionais da língua portuguesa, línguas de imigração, línguas de comunidades afro-brasileiras, língua brasileira de sinais e línguas crioulas.

No entendimento de Cavalcanti (1999), no Brasil não podemos ignorar os contextos bilíngues de minorias, já que localizamos: comunidades indígenas em quase todo território, principalmente no Norte e Centro Oeste; comunidades imigrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, etc) na região Sudeste e Sul; comunidades de brasileiros descendentes de imigrantes ou de brasileiros não-descendentes de imigrantes em regiões de fronteira, na sua maioria com países hispano-falantes; além destes, não podemos esquecer as comunidades de surdos que se formam principalmente em escolas. A autora afirma que todos esses conceitos são também “bidialetais”, pois contemplam variedades de baixo prestígio do português ou de outra língua, lado a lado com a variedade do português convencionalizada como padrão.

Contudo, nosso país foi marcado, ao longo do tempo, por políticas linguísticas monolingualizadoras que levaram ao linguicídio (mortandade de uma língua). Exemplos que podemos citar são: o mito de uma língua única contrário à diversidade, a repreensão declarada sobre manifestações linguísticas por conta da idéia de uma língua oficial e a imposição da variedade padrão do português brasileiro.

Oliveira (2008) defende que a política linguística do Estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas), através da substituição dessas línguas por uma variedade do português convencionalizada como padrão.

A história linguística do Brasil poderia ser contada pela sequência de políticas linguísticas homogeneizadoras e repressivas e pelos resultados que alcançaram: somente na primeira metade deste século, segundo Darcy Ribeiro, 67 línguas indígenas desapareceram no Brasil – mais de uma por ano, portanto (RODRIGUES, 1993, p. 23). Das 1078 línguas faladas no ano de 1500, ficamos com cerca de 170 no ano de 2000, (somente 15% do total) e várias dessas 170 encontram-se já moribundas, faladas por populações diminutas e com poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante. (OLIVEIRA, idem, p. 4)

Os imigrantes e seus descendentes, que chegaram ao Brasil por volta de 1850, também foram vítimas das políticas linguísticas repressivas. O Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas, em 1937 – 1945, foi o auge da repressão às línguas alóctones com o processo de nacionalização do ensino. Isso ficou mais evidente com o italiano e o alemão nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que tiveram as condições adequadas para a reprodução das línguas, até o momento em que o governo começou a perseguir, torturar e prender os falantes de outras línguas que não fosse o português, além de invadir escolas comunitárias e

fechar gráficas de jornais. Fizeram com que as línguas perdessem o seu lugar e os falantes as usassem somente em algumas conversas orais, cada vez mais nas zonas rurais (OLIVEIRA, *idem*, p. 6).

Os apagamentos linguísticos ao longo da história são irreparáveis, mas ainda assim persiste uma situação de multilinguismo sobre o qual é necessário agir. Altenhofen e Morello (*idem*, p. 19) enfatizam que a singularidade de sua história, seu papel na formação da sociedade e a essência do conhecimento que veicula lhe conferem um significado especial na educação. Precisa-se, no entanto, de dados mais precisos sobre a territorialidade e o número de falantes de cada uma dessas línguas.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil inaugurou uma nova fase de sua história no que tange aos direitos culturais e linguísticos. Temos, hoje, um momento privilegiado para as políticas da diversidade. Essa mudança ocorreu através de comunidades de falantes das mais de 250⁵ línguas minoritárias brasileiras e por falantes de variedades do português de uma comunidade majoritária que já não aceitam mais o papel de “colonizado” que o Brasil desempenha quando comparado com Portugal.

Para reafirmar o contexto plurilíngue no sul do Brasil, Horst e Krug (2012) em seu trabalho envolvendo o alemão *Hunsrückisch* em contato com o português no sul do Brasil analisaram o processo de lusitanização dos teuto-brasileiros falantes dessa variedade, considerando fatores como o comportamento matrimonial, a antroponímia e os termos de parentesco. Perceberam, assim, que a mistura étnica gera termos mistos e faz com que os termos em português se façam cada vez mais presentes, especialmente em gerações mais novas, mas ainda assim se observa que o alemão está representado no dia-a-dia da maioria dos indivíduos da comunidade de pesquisa (Colinas, RS). Ou seja, os casamentos interétnicos acabam sendo um dos fatores que levam à lusitanização, mas comprovam a predominância plurilíngue no sul do Brasil.

Altenhofen (2008) também analisa a dinâmica dos contatos das variedades do português faladas no sul do Brasil com as variedades de outras línguas, já que se trata de uma região marcada pela presença de contextos multilíngues. Essa análise culmina na questão da arealização do português uma vez que se delimitam áreas geográficas de predomínio de determinadas tendências em comum no uso de uma variedade particular de língua. O contexto plurilíngue do sul do Brasil se comprova nos mapas cartográficos e nas análises estatísticas

⁵ De acordo com o IPOL, estima-se que são faladas cerca de 250 línguas no Brasil, sendo 180 línguas indígenas e 56 línguas de imigrantes. Contabiliza-se também a língua de sinais e de comunidades afro-brasileiras.

em projetos como o ALERS⁶ que contrastam as falas de bilíngues e monolíngues no conjunto de informantes dos 275 pontos pesquisados. Em Santa Catarina, por exemplo, conforme a segunda língua falada no lar, há 44 pontos com informantes bilíngues, falantes de alemão, italiano, polonês e outras.

2 Manutenção linguística

Já podemos considerar que algumas línguas minoritárias encontram um pequeno espaço de promoção perante o Estado ou uma região específica, no entanto, outras ainda são desprivilegiadas. Segundo Pertile (2009, p. 37), as consequências para estas populações refletem no campo social, pois o resultado mais comum é de substituir a língua de menor poder pela língua majoritária. Esse processo é de substituição e perda, não há fomento à aquisição bi ou plurilíngue.

Quanto à substituição e ao processo de apagamento linguístico, Oliveira (2003, p. 20) salienta alguns pontos que podem ter como consequência a perda de uma língua. Podemos citar: o pertencimento dessas línguas a povos não soberanos que não possuem autonomia política e cujos Estados impõem sua estrutura política-administrativa e sua língua; a invasão, colonização e ocupação que implicam na imposição de uma língua alheia e a distorção da percepção do valor das línguas; os fatores de natureza extralinguística (históricos, políticos, econômicos, sociais) originam problemas que causam a marginalização, degradação e desaparecimento de línguas. Assim, se faz necessário pensar em estratégias que assegurem o respeito e o desenvolvimento de todas as línguas, tendo como foco a convivência social, abrindo um espaço para estudos acerca da manutenção linguística.

Pertile (idem, p. 39) retoma as ideias de Weinreich (1964) de que é praticamente impossível prever o quanto uma língua pode interferir nos domínios linguísticos da outra, e os fatores que irão favorecer mais o uso de uma língua do que a outra serão extralinguísticos. Para Weinreich, os fatores extralinguísticos se referem à relação pessoal do bilíngue com as línguas e com os grupos de bilíngues. Após elencar alguns itens, entre eles: facilidade de expressão verbal, proficiência, especialização no uso de cada linguagem, forma de aprendizagem em cada língua e atitudes, percebe que comportamentos atitudinais preponderam quando se trata de estabelecer critérios de transferência linguística advindos de

⁶ Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil.

fatores não estruturais e fornecem a base para a compreensão da complexidade do comportamento linguístico do bilíngue.

Segundo Kloss (1966, apud PERTILE, 2009), fatores como a época de imigração, existência de ilhas linguísticas, presença de escolas paroquiais na comunidade minoritária, experiência de pré-imigração com esforço de manutenção de língua e o uso da língua minoritária como única língua oficial durante um período, são fatores de manutenção linguística não referente ao isolamento do grupo, mas ao comportamento do grupo majoritário que pode facilitar ou impedir o processo de manutenção.

Pertile (idem, p. 64) ressalta que Kloss expõe a ambivalência dos fatores. Assim, nível educacional, força numérica, similaridade cultural, proibição de língua minoritária e características sócio-culturais por si só não representam risco à existência de qualquer língua, mas quando situações atitudinais se aliam a elas, pode-se ter o fim de uma língua minoritária, pois é aqui que se aplica a lei do maior ou menor prestígio. Dessa forma, o monolinguismo individual ou de grupo não é resultado de uma estrutura da língua, mas de fatores extra-estruturais, ou seja, as ideologias que legitimam e reproduzem o poder entre os grupos que se definem pela marca da “língua mãe”.

Conforme as ideias de Fishman (2006) os maiores exemplos de manutenção linguística ocorrem de uma geração para a outra. Para o autor, os fatores que influenciam nesse processo seriam: a) o fator demográfico, ou seja, a quantidade de falantes de tal língua; b) geográfico, através do tamanho da localidade de fala e de sua localização mais isolada; c) econômico, caso em que a comunidade é autosustentável ou não; d) cultural, quando a língua identifica o grupo ou não; e) regulamentação, ou seja, se existem leis que valorizam a língua. Ademais, Fishman salienta os segmentos afiliados da comunidade que ajudam a promover a manutenção cultural.

Heredia (1989, p. 178) cita, além dos fatores já citados por Fishman, o caráter da imigração (temporário ou recente); a religião; a militância política; a mobilidade social dentro do país; as medidas que o país receptor adota em relação às imigrações, principalmente as políticas educacionais adotadas e as medidas do país de origem em relação a seus emigrados e sua família.

Segundo as análises de Appel e Muysken (2005) outros fatores relevantes para a manutenção ou substituição de línguas minoritárias são as diferenças urbanas-rurais. Geralmente, são os grupos rurais que costumam preservar a língua minoritária por mais tempo. Os autores também citam a similaridade cultural como uma variável importante. Nesse caso, quando as culturas envolvidas são semelhantes existe uma maior tendência para a

substituição do que quando não há essa semelhança. Essa mudança para a língua majoritária nem sempre significa uma mobilidade social ascendente e sucesso escolar, afinal o preconceito não se restringe à língua, mas está em toda a cultura do grupo minoritário. Dessa forma, estabelecer estratégias para promover a utilização da língua minoritária e para melhorar a proficiência dos falantes em tais línguas representa a revitalização de diversas línguas.

3 Região Oeste Catarinense

O Oeste Catarinense é formado por cerca de 76 municípios e faz divisa com os estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e com a Argentina. No geral, tratam-se de municípios pequenos, muitos deles possuem menos de 5000 habitantes, agregando-lhes uma característica mais rural. As atividades predominantes são agrícolas e a maior parte da população reside em comunidades interioranas, sendo que os habitantes dos centros urbanos também vêm do meio rural ou estabelecem uma relação de proximidade com ele.

Sobre o processo de colonização, segundo Radin (2001), o Oeste Catarinense permaneceu por muitos anos sem ser ocupado e explorado economicamente pelo homem branco, assim como grande parte do interior do Brasil. No entanto, a região era habitada pelos índios *Kaingang* que segundo estudos arqueológicos teriam chegado à região por volta de 5500 a.C. Esses índios habitavam um território de mais de 14000 quilômetros que hoje se divide em cerca de 118 municípios (PAIM, 2006). Ademais, alguns bandeirantes, tropeiros, posseiros, refugiados de guerra, enfim, na sua maioria caboclos que passavam pela região almejando os campos do sul, passaram a habitar algumas áreas do Oeste.

De acordo com Paim (idem, p. 5), a região oeste de Santa Catarina foi uma área de muitas disputas. Primeiramente, entre Portugal e Espanha, depois entre Brasil e Argentina e por fim entre Paraná e Santa Catarina, o que culminou na Guerra do Contestado (1912-1916), a partir disso se definiu que de fato o território pertencia ao estado de Santa Catarina. Esses conflitos entre fronteiras foram determinantes para que houvesse a ocupação populacional desses espaços, seja para resguardar o direito de posse da terra, seja para se alinhar aos interesses do Estado, dando um aspecto “civilizatório” a uma região que era considerada “de ninguém”. A região Oeste era considerada despovoada, pois os indígenas e caboclos possuíam modos de vida diferentes, não produziam excedentes para comercializar e não possuíam os títulos das propriedades, assim, eram desconsiderados pelas autoridades.

Desta forma, o governo do Estado passou a distribuir as terras da região para aqueles que tinham algum tipo de prestígio político e econômico, e os beneficiados com as concessões montaram empresas colonizadoras para comercializar as terras. Vendedores passaram a fazer propagandas nas regiões agrícolas de colonização italiana e alemã, no Rio Grande do Sul. Foi essa promessa de “novas terras” que fez com que muitos colonos migrassem do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Radin (idem, p. 24) ressalta que com o avanço na ocupação dos territórios, o espaço, antes dos índios, reduzia-se cada vez mais. Os imigrantes tinham como objetivo desbravar, abrir propriedades agrícolas, transformar a floresta em campo produtivo, visando um progresso da família e da comunidade. Índios e colonizadores, com maneiras diferentes de ver o mundo, passaram a se confrontar. Muitos indígenas foram eliminados ou expulsos de suas terras.

Diferentes empresas colonizadoras foram criadas na região Oeste, sendo que todas respeitavam o requisito da etnicidade para efetuar a compra de terras. A empresa *Volksverein*, por exemplo, situada no Vale do Rio Uruguai, destinava suas terras aos colonos descendentes de alemães. Outras deram prioridade aos descendentes de italianos. Os caboclos nunca foram bem vistos porque não se enquadravam nos padrões culturais da colonização.

No entendimento de Paim (idem, p. 6), com a vinda dos colonos estabeleceu-se um sistema produtivo baseado na pequena propriedade, com cultivos diversos e predominância da mão de obra familiar. No que se refere à língua desses colonizadores, Radin (idem, p. 149), em seu trabalho acerca dos ítalo-brasileiros, mas que pode contemplar outras descendências, ressalta que por muito tempo eles se mantiveram isolados em suas famílias e comunidades, assim, a língua materna permaneceu como principal ou única entre eles. Mais tarde, e em consequência de ações proibitivas e repressoras já citadas anteriormente, o uso das línguas minoritárias ficou restrito, algumas línguas de imigração, por exemplo, passaram a ser utilizadas apenas no ambiente familiar.

4 Metodologia

Com o objetivo de verificar a presença de línguas minoritárias na região Oeste Catarinense, buscamos analisar questões geográficas, históricas, políticas, econômicas, culturais e linguísticas que fossem apresentadas pelos históricos presentes nos sites de prefeituras municipais e IBGE, para, assim, compreender o processo de formação da região Oeste, comparando dados e informações. Para isso, utilizaremos os dados obtidos pelo projeto

de pesquisa *Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense – Cartografia (ALCF-OC)*, desenvolvido entre os anos de 2015 e 2016.

Após a análise dos dados, criaremos uma tabela que sistematizará a presença das línguas autóctones e alóctones (neste caso, línguas de imigração) presentes nos municípios que compõem a região. Confirmada a constituição de uma região multilíngue, na qual coexistem diversas línguas minoritárias, utilizaremos trechos retirados dos históricos municipais a fim de relacionar a presença de tais línguas com a formação de uma identidade étnica de grupos minoritários. À luz dos resultados, averiguaremos a influência de tal relação nos processos de manutenção e substituição linguística.

Por fim, proporemos algumas estratégias que acreditamos serem úteis para o fomento à manutenção de línguas minoritárias dentro de um contexto multilíngue. As estratégias estarão divididas em três subseções, evidenciando a necessidade de ações em três esferas distintas: nas escolas, nas comunidades e nas famílias.

5 Descrição e análise de dados

As línguas que nesse trabalho serão registradas, em sua maioria, já possuem pesquisas empíricas que demonstrem o seu uso real pelos falantes⁷. Contudo, os dados que constituem o *corpus* de nossa pesquisa provêm de sites disponíveis na rede que, muitas vezes, não especificam e nem apresentam os aspectos linguísticos de cada município. As informações que mais se aproximam são aquelas referentes ao processo de colonização e formação étnica da região oeste. Diante de tal situação, baseadas nas pesquisas linguísticas já existentes, inferimos que na vinda e na atual presença dos descendentes de imigrantes de etnias diversas, encontramos também a presença das línguas minoritárias a esses grupos correspondentes.

Para sistematizar as informações obtidas através do levantamento de dados dos históricos municipais presentes em sites de prefeituras e IBGE, elaboramos a tabela 1 (apêndice I) que está composta por municípios e variedades de línguas minoritárias presentes em cada um deles.

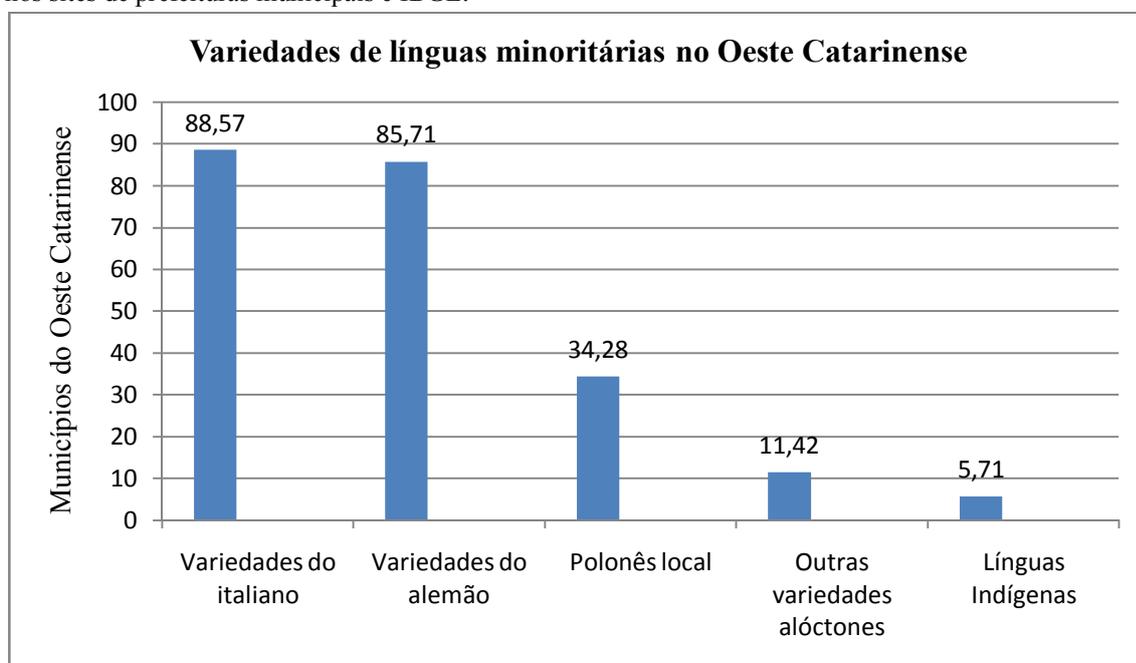
Por uma questão de organização de espaço, a tabela foi construída a partir de conjuntos de municípios e isso não representa uma mera aglomeração de dados, mas corresponde a uma análise minuciosa das informações apresentadas que permitiram reunir os municípios a partir das características que os aproximam. Como exemplo, podemos dizer que

⁷ Ver dissertações de mestrado sobre línguas minoritárias no Oeste Catarinense: Salvaro (2009); Wehrmann (2016); Wolschick (2016) e Bortolotto (2015).

municípios que possuem um mesmo período de formação, com imigrantes vindos da mesma localidade ou de localidades próximas, podem compor um conjunto de municípios. Por outro lado, a presença de municípios isolados na tabela ocorre porque também é comum encontrarmos municípios que não compartilham das mesmas características com nenhum outro município da região. Como exemplo, citamos a presença de municípios que possuem um nível populacional maior e, conseqüentemente, maior diversidade linguística, e municípios que por ter uma fronteira limítrofe com outros países acabam por formar línguas de fronteira.

Apresentamos, na sequência, o gráfico 1 que corresponde à sistematização das informações obtidas a partir da tabela 1:

Gráfico 1: Variedades de línguas minoritárias no Oeste Catarinense a partir da análise dos históricos presentes nos sites de prefeituras municipais e IBGE.



Fonte: a autora, 2016.

A partir da apresentação do gráfico 1, destacamos que as variedades do italiano⁸ apareceram em 88,57% dos municípios do Oeste Catarinense, enquanto as variedades do alemão⁹ apareceram em 85,71% dos municípios. São as línguas minoritárias mais recorrentes

⁸ O termo “variedades do italiano” remete à presença do *Talian* e suas variações de acordo com o tempo e o espaço geográfico. De acordo com Mengarda (2001, p. 46), os imigrantes italianos vinham de regiões diferentes do norte da Itália, mas predominavam vênets e trentinos. Quando chegaram ao Brasil, foram transplantados sem levar em conta o local de origem de cada família, resultando desse contato um falar característico, chamado *Talian*.

⁹ O termo “variedades do alemão” designa as variedades *hunsrückisch* e *platt*, encontradas no Oeste Catarinense. De acordo com Haye (2006, p. 70), essas duas variedades minoritárias se manifestam dependendo da origem dos descendentes dos imigrantes alemães. O *platt* ou *plattdeutsch* é formado por um conjunto de dialetos do norte da

na região e estabelecem entre si uma diferença mínima, apontando para o uso um pouco maior das variedades do italiano. A variedade *polonês local*¹⁰ apareceu em aproximadamente 34,28% dos municípios analisados e cerca de 11,42% dos municípios registraram outras variedades alóctones, como o ucraniano¹¹, o russo e o espanhol¹², no entanto, ainda precisamos de mais pesquisas para verificar o real uso dessas línguas pelos falantes.

Por fim, o gráfico aponta que em 5,71% dos municípios da região Oeste Catarinense são encontradas as línguas indígenas *Kaingang* e *Guarani*¹³. Segundo dados do Censo do IBGE (2010), 0,3% da população total do Estado de Santa Catarina é autodeclarada indígena, assim como em 80,5% dos municípios brasileiros reside pelo menos um indígena autodeclarado. Uma crescente distribuição espacial da população indígena pelos municípios brasileiros registrada nos últimos censos aparece como resultado de um processo histórico de ocupação socioeconômica do Brasil, bem como da tendência à afirmação da identidade cultural e territorial dessa população ao longo do tempo. Porém, os históricos municipais, também fornecidos pelo IBGE, não contemplam as informações referentes ao aumento da distribuição indígena pelas regiões do país, de modo a salientar que há uma presença mínima de povos e línguas indígenas nos municípios do Oeste Catarinense.

Ainda assim, todos os municípios pesquisados apontam, em seus históricos, para o uso de ao menos uma língua minoritária além da variedade do português, sendo que mais da metade deles apontam para a presença de duas ou mais línguas minoritárias, ressaltando a composição de um território multilíngue. Todos os dados têm tendência à diversidade, nunca ao monolinguismo.

De acordo com Horst e Krug (2015, p. 3) o plurilinguismo que se faz presente em todo o cenário linguístico do sul do Brasil evoca diversas questões que são importantes para caracterizar a identidade linguística da região. O bilinguismo, fenômeno geográfico e social, configura já uma identidade territorial dessa área. Assim, ao se pensar no sul do Brasil já se remete à presença de populações falantes de línguas de adstratos diferentes do português. Essa identificação salientada pela mídia vem acompanhada de outros símbolos, talvez com maior

Alemanha, enquanto o *hunsrückisch* é uma categoria que engloba uma grande variedade de dialetos alemães de diferentes regiões, formando um conjunto pouco especificado e uniforme.

¹⁰ Ver Wepik (2016, no prelo).

¹¹ Ver trabalho de dissertação de mestrado *Identidade e comportamento linguístico nas comunidades de Virmond e Candói, no Paraná*, de Adriana Scholtz.

¹² Para mais detalhes sobre a constituição de uma língua de fronteira, ver Sella e Busse (2012).

¹³ Ao longo do trabalho, propomo-nos a estudar também as línguas indígenas, porém, tanto do ponto de vista teórico, quanto do prático, tivemos dificuldades, uma vez que são poucos os estudos acerca das línguas indígenas no Oeste Catarinense. Esses estudos, em sua maioria, partem do viés linguístico em direção a um contexto histórico e antropológico. Diante de tal panorama, citamos os trabalhos de Salvaro (2009) e D' Angelis (2002).

visibilidade, como festas tradicionais, paisagens turísticas, arquitetura, culinária, dança, etc. Ressalta-se, dessa forma, um aspecto de “beleza” na cultura que se acredita ser européia, mas que surge a partir do contato de culturas estrangeiras com outras culturas já presentes na região no período de colonização. Para elucidar, trazemos alguns trechos de históricos municipais:

São João do Oeste possui pouco mais de 6000 habitantes e caracteriza-se por preservar a língua trazida da Alemanha. Preserva, também, diversos aspectos culturais entre eles a Deutsche Woche, uma semana cheia de atividades alusivas à imigração alemã no Brasil. Essas atividades relembram o passado e proporcionam descontração e brincadeiras que trazem para gerações presentes a cultura e a língua alemã. Marca disso é que cerca de 98% da população fala alemão e o município é intitulado a capital catarinense da língua alemã. A variedade é ensinada para os pequenos dentro de casa, nas escolas, mas também ouvida nas ruas, no cotidiano da população, um reflexo da cultura preservada. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE. Disponível em <<http://www.saojoao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/9656>>. Acesso em 15 de setembro de 2016).

O exemplo citado acima foi retirado do site da prefeitura municipal de São João do Oeste, um município do extremo oeste do Estado em que se preserva a cultura alemã. Nesse exemplo percebemos que a língua alemã é fundamental para as atividades dos habitantes, uma vez que ela não se restringe ao contexto familiar, mas também é utilizada na comunidade e na escola. Como resultado do interesse e da preservação da cultura alemã, recentemente, cooficializou-se essa língua no município. São João do Oeste é um exemplo de município que de maneiras distintas – na família, na escola e na comunidade – procurou manter a língua que identifica o grupo étnico predominante. Porém, segundo o histórico da prefeitura municipal, em São João do Oeste se preserva a “língua trazida da Alemanha”, remetendo, possivelmente, a um alemão padrão. Silencia-se, nesse caso, os contatos linguísticos estabelecidos entre as diversas variedades linguísticas presentes na região. Afinal, o alemão local se caracteriza por ser uma língua mista, que veio da Alemanha, mas se desenvolveu fora do país de origem. Consequentemente recebeu influências do português falado no sul do Brasil, assim como influenciou no desenvolvimento dessa língua.

Exemplo semelhante temos no município de Vargeão, localizado no meio oeste do Estado:

Os costumes e valores são característicos étnicos italianos, destacando-se o chimarrão, jogos de baralho (canastra, truco, bisca, etc.), cozinha italiana, churrasco, bebidas alcoólicas (vinho, cachaça, cerveja); cantos italianos, folclore gaúcho, festas e bailes tradicionais, festas juninas, futebol, bocha, bolão, rádio e televisão. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO. Disponível em <<http://www.vargeao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/15422>>. Acesso em 15 de setembro de 2016).

A presente citação refere-se ao histórico do município de Vargeão disponibilizado no site da prefeitura, e salienta os traços étnicos italianos predominantes no município. Percebe-se que em nenhum momento o histórico aborda a presença da língua minoritária italiana, mas exalta outros símbolos que também demarcam a cultura local. Segundo Horst e Krug (idem, p. 177) a língua é apenas um dos aspectos que afetam a identidade das comunidades multilíngues. Existem outros aspectos culturais que concorrem com a língua na expressão da identidade do grupo. Em muitas comunidades os grupos de danças folclóricas, por exemplo, demarcam as fronteiras de uma própria etnia. Afinal, são comuns os casos de integrantes desses grupos que não falam mais a língua minoritária, mas que ainda assim possuem uma identidade muito forte ligada à etnia e à cultura da qual fazem parte. Outros símbolos, como as músicas, a arquitetura, festas e bailes com denominações na língua minoritária, assim como pratos típicos e jogos, são símbolos que garantem a expressão da identidade étnica e substituem a língua nessa função. Percebe-se, inclusive, que a língua deixa de ser um traço identitário obrigatório para a etnia e cumpre uma função mais auxiliar.

Esses símbolos também são percebidos no histórico do município de Descanso, que teve como etnia predominante a polonesa. De acordo com o histórico presente no site da prefeitura municipal, “a influência polonesa foi tão presente que as principais avenidas da cidade têm o nome de habitantes de origem polonesa. No entanto, hoje, a maior parte da população é de descendentes italianos.”¹⁴ Nesse caso também não é a língua polonesa local que se destaca, mas o sobrenome de moradores que remete à colonização polonesa e que foi atribuído às ruas da cidade. Ademais, e como já apresentado em nosso gráfico, a língua polonesa local não abrange um território tão amplo como as variedades do italiano e do alemão, no oeste de Santa Catarina. Essa citação reforça a informação de que a língua polonesa local, mesmo atuante, é restrita na região e, inclusive, em um movimento contatual, perdeu espaço para outras línguas minoritárias.

Algo muito comum no Oeste Catarinense, além das denominações das ruas de acordo com os nomes das famílias colonizadoras, foi a atribuição de nomes indígenas aos municípios. Chapecó, Itapiranga, Xanxerê e Campo Erê são exemplos de nomes derivados das línguas *Kaingang* e Guarani que foram atribuídos às localidades ainda em tempos mais remotos, e que remetem a alguma característica saliente de cada local. Para exemplificar, utilizamos uma citação do histórico do município de Cunhataí:

¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO, disponível em <<http://www.descanso.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/56676>>. Acesso em 15 de setembro de 2016).

Cunhataí recebeu esta denominação por influência indígena. Contam os mais antigos, pessoas daquela época, que os raros elementos de origem indígena que aqui viviam naquele tempo, ao verem as mulheres louras, filhas ou esposas dos pioneiros de origem alemã diziam: "Cunhataí". Palavra que mais tarde eles entenderam como moça bonita. Por essa razão, em homenagem a esta gente, batizaram a jovem comunidade de Cunhataí. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ. Disponível em <<http://www.cunhatai.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/11203>>. Acesso em 15 de setembro de 2016).

Símbolos, como nomes de famílias para denominar estabelecimentos comerciais e ruas, e no caso indígena, adjetivos que caracterizam as localidades e que se tornam denominações de municípios, são fatores importantes para compreender a identidade étnica e sua relação com o uso da língua em um contexto social específico.

Ao se perceber que a língua não é um elemento único na constituição da identidade étnica de um grupo, verificamos que há uma abertura de espaço para a substituição linguística, uma vez que sempre existirão outros ícones favorecendo a formação de uma identidade. Diante de tal perspectiva, consideramos necessárias propostas e ações que visem fomentar a manutenção das línguas minoritárias.

6 Estratégias de manutenção das línguas minoritárias no Oeste Catarinense

6.1 Estratégias de manutenção das línguas minoritárias na escola

Considerando um contexto escolar, a conscientização linguística voltada para a sensibilização à diversidade linguística e cultural é uma das estratégias mais importantes para promover a pluralidade linguística, conseqüentemente, a manutenção de línguas minoritárias. Não há manutenção, promoção ou revitalização de uma língua sem que exista a consciência por parte do falante do valor dessa língua e da importância dessa ação, assim, a principal forma de articular a conscientização linguística é através do conhecimento. Segundo estudiosos da área, como Hawkins (1984) e Broch (2014), a sensibilização à diversidade linguística e cultural, entre outras coisas, favorece as representações e atitudes frente as línguas e o desenvolvimento de uma cultura linguística. Através dessa prática, os alunos modificam suas atitudes em relação às línguas e aos grupos que as utilizam, mostrando-se mais interessados pelas línguas e pelas culturas e obtendo melhores resultados escolares.

Na prática, a conscientização linguística pode ser trabalhada e desenvolvida de maneiras variadas. Primeiramente, salientamos a importância de oficinas, seminários e palestras referentes à presença, ao uso e à relevância identitária das línguas minoritárias,

destinadas aos alunos, pais e comunidade escolar no geral. É interessante, também, a promoção de eventos que divulguem experiências de manutenção de línguas em outros municípios do país, bem como a divulgação de resultados de pesquisas e estudos que mostrem às pessoas que essas línguas ainda são faladas. Como exemplo, citamos o I Seminário Internacional de Diversidade Linguística, ocorrido em 2007, na UFRGS, que reuniu diversos falantes de línguas minoritárias no espaço universitário.

Essas atividades têm o intuito de informar, debater e conhecer melhor as representações e crenças sobre línguas, propiciando reflexão e maior abertura à diversidade linguística. Tais oficinas, seminários e palestras podem ser programadas dentro de um evento maior, como uma *Semana de Línguas*, que pode contar também com outras atividades expositivas e dinâmicas referentes às diversas etnias e culturas presentes no Oeste Catarinense. Destacamos a importância das apresentações teatrais e dos musicais, sempre em línguas minoritárias, como fomento ao evento.

Com foco nas línguas indígenas da região, salientamos a relevância de projetos que fortaleçam a funcionalidade oral e escrita dessas línguas, bem como as habilidades orais e escritas nos falantes. Isso porque diversas aldeias do Oeste Catarinense já contam com escolas bilíngues na educação infantil, nas quais as crianças começam a estudar as duas línguas. Porém, no Ensino Médio, muitos alunos precisam se deslocar das aldeias para as escolas do centro da cidade, conseqüentemente, a língua indígena deixa de ser utilizada no contexto escolar, dando espaço à predominância do português. Atividades que trabalhem a estrutura das línguas *Kaingang* e Guarani, com o intuito de incentivar a criação de livros de histórias referentes às crenças e práticas tradicionais, a criação de músicas e paródias na língua materna, e a elaboração de materiais de caráter informativo para a comunidade, como panfletos de prevenção a doenças, podem auxiliar no trabalho da oralidade e da escrita dos alunos indígenas dentro da sala de aula.

Nesse espaço para a diversidade, é interessante levar para o contexto escolar os falantes das línguas minoritárias da região para que eles possam expor além da língua, as suas vivências e experiências linguísticas ao longo dos anos. Uma proposta efetiva e já desenvolvida por algumas escolas em parceria com o Ministério da Cultura, com o IPHAN¹⁵, museus e prefeituras municipais, no Oeste Catarinense, é a construção de cartilhas de apoio didático que foram desenvolvidas a partir dos relatos dos falantes de línguas minoritárias.

¹⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Uma que esteve em circulação, no ano de 2015, é intitulada *Tempo di Recordare* e faz referência aos saberes, fazeres e expressões da cultura ítalo-brasileira, no oeste do Estado.

No geral, o objetivo dessa cartilha foi de apresentar aos alunos e professores informações referentes ao patrimônio imaterial relacionado aos costumes e às práticas tradicionais dos ítalo-brasileiros, na região Oeste Catarinense. Para isso, apresentou-se o processo de migração de descendentes italianos para o Oeste Catarinense; as experiências vivenciadas nos primeiros anos de formação das vilas que deram origem aos municípios; a memória de costumes, modo de vida e sabedoria popular criada e recriada nas comunidades e a importância da preservação do patrimônio cultural imaterial dos grupos de origem ítalo-brasileira. A cartilha foi escrita em língua portuguesa para facilitar o uso dentro da escola, mas os relatos permaneceram originais, em *Talian*.

Como as línguas minoritárias não têm espaço para serem ensinadas dentro das escolas, consideramos oficinas outra oportunidade para um aprendizado mais formal das variedades de minorias. É uma atividade com ênfase no uso da língua, sua fonética, sua sintaxe, enfim. Porém, para desenvolvê-la, deve ocorrer maior flexibilidade da escola e dos professores que, segundo Broch (idem, 199), precisam estar conscientes e engajados para propor atividades diversificadas, estabelecendo parcerias com professores de outras disciplinas. Ademais, é preciso ter consciência de que não são línguas estrangeiras para a maioria dos alunos, sendo necessários cuidados e sensibilidade para atingir as habilidades linguísticas de cada um.

Broch (2012), em uma pesquisa desenvolvida no Colégio de Aplicação da UFRGS, percebe que a descendência é um fator determinante para a escolha de uma língua minoritária, nesse caso o alemão, como disciplina optativa no Ensino Médio. Essas línguas trazem à tona aspectos de identidade e afetividade, além de uma aproximação entre família e escola, oportunizando ao aluno a possibilidade de usar, compartilhar e, de certa forma, resgatar aspectos culturais e linguísticos que lhe dizem respeito. Altera-se o cenário linguístico escolar no qual uma língua é mais ou menos importante que outra, e gera-se uma diversidade linguística com base no repertório linguístico do aluno e na inclusão das línguas faladas pelas comunidades que compõem a comunidade escolar.

Contudo, vale ressaltar que muitos dos programas que visaram o ensino de uma língua minoritária de imigração, ofertaram a língua padrão correspondente. Dessa forma, de acordo com Parciannelo (2013, p. 168), a língua a ser ensinada não é aquela que imigrantes e descendentes falavam e falam, e a cultura a ser difundida e cultivada não é aquela que compreende as vivências, crenças, hábitos e valores dos imigrantes e descendentes. Com o intuito de fomentar a manutenção e revitalização linguística, tropeça-se em uma política

linguística de difusão da língua padrão correspondente, ou seja, uma língua estrangeira moderna. Na maioria das vezes, isso ocorre pela condição de dialeto que é atribuído à língua minoritária e à carência de materiais para um ensino formal.

Consideramos uma ação muito importante a capacitação de professores das escolas da região por parte das universidades. Dessa forma, fomentam-se projetos realizados por alunos e professores universitários, alguns deles já existentes¹⁶, que tenham como objetivo interagir com as escolas, mostrando a importância das pesquisas linguísticas e das abordagens feitas dentro do ambiente escolar, não apenas por parte do professor de língua portuguesa, mas de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, se a variabilidade linguística ocorre e é parte marcante da realidade linguística do Oeste Catarinense, é importante que as escolas oportunizem aos seus alunos a conscientização dessa pluralidade, para que eles possam acompanhá-la, sentindo-se agentes de um processo. Assim, o trabalho em sala de aula deve conduzir o aluno para o entendimento das variações linguísticas, utilizando estratégias que fomentem a conscientização linguística, abrindo espaço para línguas e culturas locais. Para os alunos, as atividades citadas acima podem possibilitar a socialização, a sensibilização para as línguas e culturas da comunidade, bem como a motivação para o aprendizado das variedades minoritárias da região.

6.2 Estratégias de manutenção de línguas minoritárias na comunidade

Eberhard (2013) defende a ideia de que a decisão de investir em uma determinada língua minoritária deve sempre partir de um diálogo com a própria comunidade, um diálogo baseado na importância da abordagem participativa de toda a comunidade, com os falantes tomando as próprias decisões em favor de suas próprias línguas. Todas as entidades envolvidas devem compreender que as tentativas de manutenção e preservação de línguas minoritárias requerem um esforço intencional, contínuo e comunitário. Porém, para que isso ocorra são necessárias ações de sensibilização em relação às línguas também em nível comunitário.

Na situação em que as nossas línguas minoritárias se encontram, principalmente as de imigração, de perda da transmissão intergeracional, observamos a importância do fortalecimento da oralidade através de projetos que utilizem a mídia, em especial o áudio. Como exemplo, citamos a criação e divulgação de programas em emissoras de rádios locais,

¹⁶ Ver os projetos de extensão *Curso de língua e cultura alemã avançado para professores* (2012) e *Conscientização linguística: uma intervenção nas escolas de Chapecó – SC* (2016, no prelo).

em línguas minoritárias. Esses programas, entre outras coisas, podem ter um viés educativo, pautados na preservação da cultura e das línguas das etnias predominantes nos municípios, através da apresentação de músicas, receitas, piadas, etc. Para o desenvolvimento de tal ação, é interessante que os programas de rádio sejam abertos à população local, para que através de visitas ou ligações a comunidade falante da língua minoritária também possa participar. Distancia-se, dessa forma, de um problema comum correspondente à depreciação das línguas minoritárias fomentada por programas que associam as línguas ao falar “colono” e “engraçado”.

Ainda como incentivo à oralidade, é oportuno ressaltar a relevância de palestras, relatos, apresentações teatrais, enfim, em língua minoritária, em clubes, espaços recreativos, praças públicas e aldeias, destinadas ao público em geral. No caso das línguas que possuem grafia, como as indígenas, é possível desenvolver trabalhos orais e também escritos. Dessa forma, a comunidade pode investir na produção e veiculação de livros infantis ou de memórias, biografias e jornais, escritos na língua minoritária e que apresentem informações, tradições típicas e aspectos da cultura indígena.

É possível também, principalmente dentro de áreas indígenas, que a comunidade promova diferentes encontros, mobilizando jovens, lideranças tradicionais, mulheres e professores. O intuito deve ser fortalecer e revitalizar a língua e os valores da comunidade através de debates. Encontros de professores, por exemplo, podem motivar o uso de etnoconhecimentos¹⁷ dentro da escola, abordando os direitos linguísticos e educacionais indígenas, assim como encontros com jovens podem gerar a reflexão sobre os valores tradicionais e as mudanças causadas ao longo do tempo. Como resultado, esses encontros motivam o uso das línguas minoritárias de forma oral, assim como promovem meios de uso dessas línguas na modalidade escrita.

Encontros nessas proporções também podem reunir profissionais e artesãos que dominam diferentes processos produtivos e que queiram passar uns aos outros as técnicas de determinado trabalho em uma língua minoritária, ou ter um viés intergeracional com a discussão de temas e transmissão de conhecimentos, como, por exemplo, a medicina tradicional indígena.

Ademais, consideramos relevante a formação e o funcionamento de centros e clubes para idosos e jovens, como forma de interação, transmissão e manutenção das variedades

¹⁷ Etnoconhecimentos são saberes e tradições passados de geração em geração nas comunidades ou grupos sociais. São aprendidos com a vida cotidiana, na interação direta com o meio que nos cerca e com os fenômenos naturais (NASCIMENTO, 2013).

minoritárias. Em contextos geracionais mais antigos e rurais essa prática é comum, porém está se perdendo entre as gerações atuais. Portanto, indicamos a atuação de clubes formados por idosos em diversas esferas da comunidade, como encontros, reuniões, atos religiosos e festas e programações, para fomentar a circulação da língua minoritária em diferentes espaços.

Em tal perspectiva, para fixar e oficializar a atuação de grupos e clubes nas comunidades, a criação de museus e casas de cultura pela administração local é algo importante. Esses espaços geram maior interação entre pessoas da própria comunidade, são fontes de renda e de trabalho, atraem visitantes e dão maior visibilidade à língua e à cultura da localidade. Inclusive, é nesse recinto que outras atividades já propostas, como apresentações, podem ocorrer. Viabiliza-se, assim, a constituição e a continuidade de projetos que visem à manutenção das línguas minoritárias.

De acordo com Appel & Muysken (2005, p.37), “a prestação de serviços governamentais ou administrativos em línguas minoritárias também pode auxiliar na manutenção linguística”¹⁸, afinal, dentro de um contexto moderno é comum os indivíduos interagirem com representantes das autoridades locais ou governamentais. Nessa situação, a cooficialização de línguas minoritárias em nível municipal aparece como uma estratégia válida para a manutenção da variedade, afinal são criados novos contextos para o uso dessas línguas. Através da cooficialização, a prefeitura, por exemplo, precisa atender à população também na língua minoritária, além de se tornar obrigatório o aumento da presença visual das variedades através das sinalizações de ruas. Essas ações possibilitam o uso das línguas minoritárias em ambientes públicos e formais, influenciando no prestígio dessas línguas.

Os autores ainda ressaltam que “quando a língua minoritária é também a língua de atos religiosos há um impulso maior para a manutenção linguística”¹⁹. Isso foi o que aconteceu com o alemão nos EUA que em relação a outras línguas de imigração conseguiu manter uma posição bastante forte no país, afinal era a língua da igreja luterana. Dessa forma, o uso da variedade local em atos religiosos²⁰, principalmente em comunidades interioranas, pode auxiliar na manutenção da língua minoritária predominante na comunidade. Orações e cantos que façam parte do repertório do ato religioso são alguns exemplos de práticas religiosas que podem ser feitas na língua minoritária e que atuam em prol da manutenção linguística. Como

¹⁸ No original: “Governmental or administrative services in the mother tongue can stimulate maintenance”. (Tradução livre).

¹⁹ No original: “When the minority language is also the language of the religion this will be an impetus for its maintenance”. (Tradução livre).

²⁰ Ver dissertação de mestrado *A situação do alemão em Tunapólis e em Cunha Porã, Santa Catarina: dimensão diarreliosa* (WEHRMANN, 2016).

exemplo, citamos a prática ainda comum nas pequenas comunidades e cultivada pelas gerações mais antigas de encontrar-se com vizinhos e diante da imagem de um santo rezar uma novena, muitas vezes as orações são na língua minoritária.

Por fim, destacamos que diversas atividades que foram citadas nessa seção já são desenvolvidas no Oeste Catarinense, como programas de rádios em línguas minoritárias. Surge, assim, a necessidade de valorizar as ações já existentes através de parcerias com instituições e entidades, entre elas o poder público. Torna-se claro que as ações já praticadas precisam ser mais bem aproveitadas e difundidas.

6.3 Estratégias de manutenção das línguas minoritárias na família

No processo de substituição linguística, devemos lembrar que grupos minoritários não são totalmente monolíticos, mas compreendem diferentes sub-grupos e atitudes frente à utilização de uma língua. Portanto, indivíduos ou grupos de indivíduos podem promover a utilização da língua minoritária dentro do contexto familiar. Consideramos a família a esfera mais importante para a manutenção das línguas minoritárias, pois percebemos que é nela que, na maioria das vezes, a referência do sujeito se constroi.

Destacamos a importância de falar unicamente na língua minoritária, de maneira sistemática e consequente, ao se dirigir aos filhos dentro do ambiente doméstico, como forma de incentivar o bilinguismo nas gerações mais jovens. Romaine (2005) sugere formas variadas de aquisição de línguas que caracterizarão a criança como um ser bilíngue. Assim, quando temos pais com línguas nativas diferentes, a estratégia utilizada é a de cada um falar a sua própria língua com a criança, deixando-a exposta à língua dominante quando encontrar-se em um ambiente externo. Em casos de pais que trabalham durante o dia, outra solução é procurar pessoas, provavelmente babás, que sejam falantes da mesma língua minoritária que a família.

Infelizmente, até hoje essa prática é, muitas vezes, deixada de lado porque se associa o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem do português ao uso da língua minoritária. Altenhofen (2004, p. 91) salienta que a atitude de culpar a língua do aluno pelos problemas de aprendizagem além de ser uma atitude discriminatória, é a tentativa de explicar um problema que a instância competente e responsável não consegue resolver. Estudos mostram que longe de prejudicar o processo educacional dos alunos, o uso de mais de uma língua desde cedo, dentro do contexto familiar, traz inúmeros benefícios para a formação social e cognitiva desses sujeitos.

No âmbito familiar, gostaríamos de salientar a relevância da estratégia de contação de histórias, como aquelas que são contadas às crianças antes de dormir. Como há uma relação afetiva mais forte, pais e avós podem contar a crianças e jovens diferentes histórias, em diferentes momentos, de forma a cultivar também a prática “dos causos ao redor do fogão a lenha”. Enfatizamos alguns tipos de histórias pertencentes a distintos eixos temáticos, como: histórias da região, a colonização e a formação das cidades e vilas; piadas; receitas culinárias; memórias e lembranças individuais e familiares, como aquelas relacionadas ao tempo vivido em outra região, o período de migração e as dificuldades encontradas; histórias étnicas; narrativas, com a contação de mitos, lendas e fatos reais que os mais antigos conhecem; relações profissionais, principalmente quando se tratam de pessoas do campo que possam falar sobre as atividades agrícolas passadas e contemporâneas; língua e escola, ressaltando como era o uso da variedade minoritária na escola, no passado; festas típicas da família ou da comunidade; religião; medicina popular e saúde; inovações e invenções e perspectivas para o futuro²¹.

Esses temas podem ir além da expressão oral e nos casos de línguas minoritárias que possuem grafia, pode-se pensar na produção de livros. Citamos, como exemplo, os livros de receitas culinárias da família que são passados ao longo das gerações, geralmente para as mulheres ou mães, mas que dependendo da estrutura familiar também podem ser passadas para os pais, e os livros de histórias que buscam resgatar as memórias de uma família. Tratam-se de produções artesanais, com imagens, fotos e colagens, escritas na língua minoritária da forma como os falantes conseguirem escrever, não correspondendo a uma escrita formal.

Jogos orais e brincadeiras representam outras alternativas que possibilitam o uso da língua minoritária dentro do ambiente familiar. Normalmente elas são transmitidas por avós e pais e correspondem a práticas comuns de suas infâncias. Como exemplo citamos o jogo oral *pianta fava*, na língua *Talian*, no qual se faz uma roda e enquanto o grupo canta uma canção, um dos integrantes deve passar um objeto, quase sempre um anel, para a mão de um dos seus colegas sem que os outros vejam, sendo que os demais devem adivinhar com quem o objeto está. Por fim, destacamos também a importância de filmes. Sabemos que filmes em línguas minoritárias são pouco frequentes, mas salientamos a importância da visualização de filmes

²¹ Um recente projeto de pesquisa intitulado “Línguas em contato em Chapecó: etnotextos”, coordenado pela Profª. Dr. Cristiane Horst, procurou coletar textos orais e escritos como forma de revitalização de culturas que envolvem línguas minoritárias e posterior documentação histórica e social para ser utilizada em manuais escolares.

na língua estrangeira padrão, como forma de motivar crianças e jovens a conhecerem outras línguas.

Considerações finais

O presente artigo enfatiza que o plurilinguismo é uma situação legítima no oeste de Santa Catarina. Assim, junto ao português existem diversas outras línguas minoritárias que são utilizadas por falantes em distintos contextos. Essas línguas têm papel fundamental na formação da identidade étnica dos grupos minoritários, porém, cada vez mais, passam por um processo de substituição linguística, dando espaço à língua majoritária. Esse cenário é intensificado porque não é apenas a língua o elemento constituidor de uma identidade, outros ícones, tais como culinária, festas típicas e arquitetura, atuam em prol da formação identitária. Muitas vezes, esses símbolos garantem a expressão da identidade étnica e substituem a língua nessa função. Torna-se perceptível que a língua deixa de ser um traço identitário obrigatório para a etnia e cumpre uma função auxiliar, fomentando a substituição linguística.

Diante de tal cenário, destacamos a importância da aplicação de estratégias de manutenção de línguas minoritárias na esfera comunitária, familiar e escolar, com o objetivo de atender necessidades e motivações linguísticas dos grupos étnicos minoritários que constituem a região Oeste Catarinense. Para melhor elucidar as estratégias que foram elencadas ao longo da pesquisa, sistematizamos tais propostas na tabela 2:

Contexto escolar	<ul style="list-style-type: none">- Atividades de sensibilização à diversidade linguística e cultural;- Organização do evento <i>Semana de Línguas</i>, com musicais e apresentações teatrais em línguas minoritárias;- Fortalecimento da escrita da língua minoritária através da produção de materiais de caráter informativo;- Palestras e debates com falantes de línguas minoritárias e com estudiosos da área;- Produção de cartilhas de apoio didático com informações sobre costumes e práticas de grupos minoritários;- Disponibilização de oficinas para o aprendizado de línguas minoritárias;- Cursos de capacitação para professores de escolas.
-------------------------	---

<p>Contexto comunitário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e divulgação de programas em emissoras de rádios locais, na língua minoritária, abertos à participação da comunidade; - Palestras, relatos e apresentações teatrais, na língua minoritária, em clubes, espaços recreativos, praças públicas e aldeias; - Veiculação de livros infantis, biografias e jornais escritos na língua minoritária; - Encontros com os diferentes grupos que compõem uma comunidade, como professores, jovens e mulheres, a fim de discutir formas de revitalização da língua minoritária; - Formação e funcionamento de centros e clubes para idosos e jovens para fomentar a interação de gerações, bem como de museus e casas de cultura; - Cooficialização das línguas minoritárias em nível municipal; - Utilização de línguas minoritárias em atos religiosos.
<p>Contexto familiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falar na língua minoritária dentro do ambiente doméstico de maneira sistemática, mas sempre considerando as condições de cada um; - Babás e cuidadoras de crianças também falantes da língua minoritária; - Valorizar a contação de histórias pertencentes a distintos eixos temáticos (como: piadas, histórias étnicas, histórias regionais, receitas culinárias, etc); - Produção de livros de receitas culinárias ou de memórias da família, de forma artesanal, nos quais os falantes poderão escrever da maneira como falam, na língua minoritária; - Brincadeiras e jogos orais, na língua minoritária.

Fonte: a autora, 2016

Buscamos traçar estratégias simples e de fácil execução que auxiliem na manutenção das línguas minoritárias, bem como na manutenção da identidade étnica dos grupos que compõem o Oeste Catarinense. Da mesma forma, enfatizamos que tais ações propostas terão efetividade quando associadas a atitudes positivas por parte da sociedade local em relação às línguas minoritárias. Desconstrói-se, portanto, as crenças tão comuns referentes ao “erro” e “acerto” correspondentes ao uso de uma língua minoritária e uma língua majoritária, respectivamente.

Por fim, espera-se que essa pesquisa contribua para outros estudos de fomento às línguas minoritárias em situação de desprestígio na sociedade, como também na área de sensibilização e conscientização linguística dos indivíduos em prol da manutenção de línguas. Além disso, espera-se que as estratégias aqui elencadas possam ser testadas, motivando o uso e a criação de outras ações que atuem a favor das línguas minoritárias.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Os contatos linguísticos e seu papel na arealização do português falado no Sul do Brasil. In: ELIZAINCÍN, Adolfo & ESPIGA, Jorge (orgs). *Español y portugués: fronteras e contatos*. Pelotas: UCPEL, 2008, p. 129-164.

_____. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Rili*, 2004, p. 83-93.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; MORELLO, Rosângela. Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas. In: FARENZENA, Nalú (orgs). **VI Encontro internacional de investigadores de políticas linguísticas**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 19-26

APPEL & MUYSKEN. **Language Contact and Bilingualism**. Amsterdam: Amsterdam Academic Archive, 2005.

BROCH, Ingrid. Pluralidade linguística no currículo escolar. **Web Sociodialeto**, Campo Grande, v. 2, n. 2, p.1-19, nov. 2012.

_____. **Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos da Linguagem, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A**, vol15, Nº. Especial, 1999, p. 385-417.

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1,1970, p. 149-168.

EBERHARD, David. Em defesa das línguas minoritárias do Brasil. **Associação Internacional de Linguística - Sil**, Anápolis - Goiás, 2013.

FERRAZ, Aderlande Pereira. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 43-73, 2007.

FISHMAN, Joshua. Language maintenance, language shift, and reversing language shift. In: BHATIA, Tej K.; RITCHIE, William C. (Eds.). **The handbook of bilingualism**. Malden; Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006. p. 406-436.

HAWKINS, Eric. **Awareness of language: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HEYE, Jürgen. Sobre o conceito de diglossia. In: GORSKI e COELHO (Orgs). **Sociolinguística e ensino**. Florianópolis: Ufsc, 2006. p. 69-81.

HEREDIA, Christiane de. Do bilinguismo ao falar bilíngue. In: VERMES, G.; BOUTET, J. (Orgs.). **Multilinguismo**. Campinas: Unicamp, 1989.

HORST, Cristiane. KRUG, Marcelo J. Línguas em contato no sul do Brasil: um estudo de caso do português e da variedade alemã *Hunsrückisch*. **PAPIA** 22 (2), p. 367-383, 2012.

_____. Identidade e comportamento étnico linguístico em um contexto multilíngue no sul do Brasil: teoria e prática. **Nonada**, Porto Alegre, nº 24, p. 173-187, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012.

MENGARDA, Elias. Gênese e evolução dos dialetos Trentino e Vêneto. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p.42-57, maio 2011.

NASCIMENTO, G. C. C. Mestre dos mares: o saber do território, o território do saber na pesca artesanal. In: CANANÉA, F. A. **Sentidos de leitura: sociedade e educação**. João Pessoa: Imprell, 2013, p. 57-68.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas perspectivas em políticas linguísticas**. Gilvan Müller de Oliveira (org.). Campinas-SP: Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: IPOL, julho de 2008.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. ALTENHOFEN, Cléo V. O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade linguística do Brasil. In: MELLO, Heliana. ALTENHOFEN, Cléo. RASO, Tommaso (orgs). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PAIM, Elison A. **Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina**. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, jan-jun. 2006. p.121-138.

PARCIANELLO, Juciane. Reflexões sobre políticas de (não) valorização e (não) promoção da língua italiana dos imigrantes. In: FARENZENA, Nalú. **VI Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas**. Porto Alegre: Ufrgs, 2013. p. 167-171.

PERTILE, Marley T. **O Talian entre o italiano - padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai Gaúcho**. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Letras, Ufrgs, Porto Alegre, 2009.

PINHO, Isis da Costa. Diversidade Linguística e Identidade: as micro-decisões na manutenção-perda de uma língua materna minoritária. **CONTINGENTIA**, UFRGS, v. 3, n.1, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ. Disponível em <<http://www.cunhatai.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/11203>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO, disponível em <<http://www.descanso.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/56676>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE. Disponível em <<http://www.saojoao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/9656>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO. Disponível em <<http://www.vargeao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/15422>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense.** 2. ed. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001. 188 p.

ROMAINE, Suzanne. **Bilingualism.** 2. ed. Oxford : Basil Blackwell, 1995.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es la creación de algunas estrategias que visen a la manutención de las lenguas minoritarias, autóctonas y alóctonas, en la región Oeste Catarinense. La propuesta es analizar las informaciones presentadas en los sitios de los ayuntamientos municipales y en el IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes a las lenguas presentes en el Oeste de Santa Catarina, buscando saber cuáles son las lenguas minoritarias mencionadas en la región para verificar cuál es la visibilidad que esos sitios dan a la presencia de otras lenguas, además del portugués brasileño. A partir del análisis, buscaremos comprender la relación establecida entre lengua y constitución de la identidad étnica de los grupos minoritarios, y la influencia de tal proposición en los procesos de manutención o sustitución lingüística. A la luz de los resultados, percibiendo un creciente proceso de sustitución lingüística, haya vista la no transmisión de las lenguas minoritarias para las generaciones más jóvenes, destacamos la importancia de la aplicación de estrategias de manutención de lenguas minoritarias en distintas esferas, principalmente en las escuelas, en las comunidades y en las familias. Para el desarrollo de la investigación, utilizamos como fundamentación teórica los presupuestos de Hawkins (1984), Appel & Muysken (2005), Fishman (2006), Horst e Krug (2015), entre otros autores de la área.

PALABRAS CLAVE: Diversidad lingüística. Oeste Catarinense. Lenguas minoritarias. Estrategias de manutención de lenguas minoritarias.

APÊNDICE I:

TABELA 1: variedades de línguas minoritárias presentes nos municípios do Oeste Catarinense

Município	Variedade 1: <i>Talian</i>	Variedade 2: dialetos do alemão	Variedade 3: dialetos do polonês	Variedade 4: <i>Kaingang e Guarani</i> (entre outras línguas autóctones)	Variedade 5: outras línguas alóctones
Dionísio Cerqueira	X	X			X
Palma Sola	X	X	X		
São José do Cedro, Guarujá do Sul, Princesa e Guaraciaba	X	X			
Descanso e Belmonte	X		X		
Anchieta	X				
São Miguel do Oeste	X	X	X		X
Bandeirante, Barra Bonita e Paraíso	X	X			
Iporã do Oeste e Tunapólis		X			X
Itapiranga e São João do Oeste		X			
Santa Helena	X	X			

Riqueza, Caíbi e Mondaí	X	X			X
São Carlos		X			
Palmitos	X	X			
Iraceminha, Flor do Sertão, São Miguel da Boa Vista e Romelândia	X	X	X		
Tigrinhos, Serra Alta e Bom Jesus do Oeste, Saltinho	X	X	X		
Águas de Chapécó	X	X			
Guatambu, Caxambu do					

Sul e Planalto Alegre	X	X			
Nova Erechim	X	X	X		
Chapecó	X	X		X	
Cunhatai, Saudades e Cunha Porã		X			
Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati e Coronel Freitas	X	X	X		
Maravilha	X	X	X		
Pinhalzinho	X	X			
Modelo	X	X			
Xaxim e Cordilheira Alta	X	X	X		
Quilombo, Formosa do Sul e Santiago do Sul	X	X	X		
Marema e Lajeado Grande	X				
Entre Rios e Ipuçu	X	X	X	X	
São Domingos e Xanxerê	X	X	X		
Faxinal dos Guedes, Vargeão, Ponte Serrada e Passos Maia	X	X			
Abelardo Luz	X	X			
Bom Jesus e Ouro Verde	X				
Coronel Martins, Galvão e Jupia	X	X			
São Lourenço do Oeste, São Bernardino e Novo Horizonte	X	X			
Campo Erê	X				

Fonte: a autora, 2016.